



**Título:** A violência contra a mulher na pauta da imprensa feminista - Traços de uma trajetória de lutas e conquistas do Movimento de Mulheres no Brasil, entre os anos 1970/80<sup>1</sup>

**Autora:** Karina Janz Woitowicz (UEPG)<sup>2</sup>

**Resumo:**

O presente texto busca refletir sobre as relações entre a mídia e o movimento de mulheres, compreendendo a prática jornalística como um modo de ação social, a partir da forma como o tema da violência – uma das bandeiras do feminismo na atualidade – era tematizado nos anos 1970/80 no Brasil. Fragmentos dos jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Mulherio*, *Brasília Mulher* e *União das Mulheres de Maceió* permitem perceber um embate ideológico que se dá, ao mesmo tempo, nas ações do movimento de mulheres e nas páginas dos jornais, que passam a pautar e debater as lutas feministas. Trata-se, portanto, de uma tentativa de analisar o tratamento da imprensa alternativa sobre os principais marcos da luta contra a violência, de modo a pensar o jornalismo como mecanismo de constituição de idéias e como articulador das próprias ações do movimento de mulheres em torno do referido tema.

**Palavras-chave:** mídia alternativa; feminismo; imprensa feminista; violência.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT de História da Mídia Alternativa, do V Congresso Nacional de História da Mídia (São Paulo, 2007)

<sup>2</sup> Professora Ms. do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR e doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (karinajw@hotmail.com)



### **Considerações Iniciais: O feminismo e a questão da violência**

O presente texto pretende discutir algumas bases dos estudos de gênero e as articulações entre ‘violência’ e ‘mulheres’, de modo a traçar a importância das organizações de mulheres a partir dos anos 1970/80 na luta contra as desigualdades de gênero. Assim, ao delimitar como recorte temático os textos que discutem a violência<sup>3</sup> contra a mulher na imprensa feminista, busca-se observar alguns aspectos do contexto social da época, de modo a perceber que as lutas feministas em torno deste tema têm longa data e permanecem atuais e necessárias como bandeiras do movimento de mulheres no Brasil.

Em meio ao processo de luta pela cidadania, é inegável reconhecer a ação do movimento feminista, que marcou importantes conquistas das mulheres em diferentes países. Entre as diversas bandeiras levantadas pelo movimento feminista<sup>4</sup>, que se organiza no Brasil a partir da ação de grupos de diferentes vertentes, nos anos 1970, a questão da violência contra a mulher passa a ocupar um importante destaque, rompendo com décadas de silenciamento em torno da exploração sexual e da violência doméstica. Segundo as teorias de orientação feminista marxista, na base da relação entre capitalismo e patriarcado está o uso da violência como forma de garantir a dominação masculina.<sup>5</sup> Nesta abordagem, a opressão e a subordinação das mulheres seria consequência de um sistema social e político que estabelece a relação entre dominantes e dominados a partir das categorias de classe e sexo.

A violência contra a mulher é uma temática do movimento feminista dos anos 1980, quando surgem delegacias de mulheres e atendimento diferenciado para mulheres vítimas

---

<sup>3</sup> A noção de violência aqui adotada está relacionada com os mecanismos de opressão que legitimam as desigualdades de gênero por meio de relações de poder. Hannah Arendt, em suas abordagens sobre as formas de poder e o uso da violência em sistemas totalitários, diferencia poder, força, autoridade e violência e observa que a violência distingue-se do poder pelo seu caráter instrumental. Contudo, Arendt reconhece que poder e violência aparecem combinados.

<sup>4</sup> Ao longo do texto serão encontradas as expressões ‘movimento de mulheres’ e ‘movimento feminista’, em função das diversas formas de identificação assumidas pelos grupos e entidades ao longo do período considerado.



de agressões físicas e violência psicológica. Campanhas como “quem ama não mata”, diante do assassinato de mulheres, trouxeram o tema para o debate público. Segundo Miriam Pillar Grossi,

A categoria “violência contra a mulher”, hoje de grande aceção em todo o Brasil, passa a fazer parte do senso comum a partir de mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres “por amor” e “em defesa da honra” no final dos anos 70. Lutas que se ampliarão, no início dos anos 80, para a denúncia do espancamento e dos maus tratos conjugais, impulsionando a criação dos serviços de atendimento a mulheres “vítimas de violência”, os grupos SOS Mulher e, posteriormente, pela criação, por parte do Estado, de Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres. (1998, p. 296)

A partir destas ações, que começaram a dar visibilidade às agressões que aconteciam nos espaços público e privado, o tema da violência contra a mulher virou praticamente sinônimo de violência doméstica. De acordo com Heleieth Saffioti, “a implantação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), por mais precárias que sejam estas, desmistificou o caráter sagrado da família, a ela atribuído pela sociedade, tornando visível a violência contra mulheres, sobretudo a doméstica.” (2004, p. 46)

No entanto, apesar das inúmeras campanhas sobre a violência, as estatísticas continuam a aumentar, revelando um cenário que soma cada vez mais vítimas, a grande maioria formada por mulheres. Com isso, reforça-se uma representação de gênero que costuma tomar como símbolo de virilidade a agressividade masculina, ao mesmo tempo em que preserva a condição de vítima atribuída às mulheres. Daí a importância de conhecer a trajetória da imprensa feminista e o modo como a mídia alternativa participa atualmente da luta contra a opressão das mulheres, contribuindo para inserir o debate na agenda pública.

### **A imprensa feminista denuncia a opressão**

O movimento feminista desde cedo reconheceu na mídia uma lógica impulsionadora da cultura do consumo e de imagens estereotipadas da mulher – ligadas ao ideal de beleza e aos papéis de esposa e mãe – que se cristalizam no imaginário social de diferentes épocas. Ao reconhecer o papel da mídia na produção de representações de gênero, os grupos de mulheres passam a lançar críticas ao tratamento de determinadas questões e à propagação

---

<sup>5</sup> Pierre Bourdieu aborda a história das mulheres a partir da dominação masculina, reconhecendo a existência de dominantes e dominados.

de valores de uma ideologia hegemônica que reforça a desigualdade entre homens e mulheres.<sup>6</sup> Desse modo, para criar uma forma de expressão voltada aos interesses das mulheres, o movimento feminista passa a contar com suas próprias publicações (jornais, cartilhas, panfletos, cartazes, revistas, etc) como instrumentos para o fortalecimento de suas lutas.

O que se pretende observar nos textos a seguir são algumas marcas ideológicas lançadas na defesa dos direitos das mulheres, através dos principais jornais feministas<sup>7</sup> que circularam entre os anos 1970/80 no Brasil.<sup>8</sup> Busca-se, portanto, investigar a chamada mídia alternativa<sup>9</sup>, produzida por grupos feministas, em uma abordagem que parte da premissa de que, mesmo diante de uma ideologia hegemônica, projetada por forças políticas, econômicas e culturais e propagada pela mídia, há um processo de construção de identidades de resistência e luta.

Para situar o contexto em que tais discursos se inscrevem, é importante lembrar que a ditadura militar (1964-1985) representou o início de um período de autoritarismo político que permaneceu por duas décadas, entrando para a história do País como os chamados “anos de chumbo”: censura, repressão armada, perseguições, manobras políticas, entre outras práticas características deste regime, marcaram o período. Em meio a este sistema de

---

<sup>6</sup> O jornal *Brasil Mulher* publica um interessante texto analisando o tratamento das mulheres nos jornais. Durante um mês, jornalistas de Brasília analisaram quando a mulher era notícia nos principais jornais do país e identificaram a exploração do corpo, ter cometido ou ter sido vítima de violência, ou ser mulher de um homem importante. Por exemplo, na análise do jornal carioca *O Dia*, feita por Zenaide Azeredo, ela observa que quando se trata de explorar o sangue, o da mulher tem maior valor comercial para a venda de jornais. “Na maioria das vezes, a mulher aparecia como vítima de agressão física: surra do marido, assalto, atropelamento ou assassinato. Além de mostrar a mulher como vítima, “O Dia” é o que mais explora a imagem da mulher como objeto.” (*Brasil Mulher*, n. 9, outubro de 1977, p. 10)

<sup>7</sup> Os jornais pesquisados foram disponibilizados pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>8</sup> A opção metodológica adotada neste trabalho para a observação dos jornais feministas no período considerado parte de um recorte temático sobre a violência e passa a verificar as relações entre o texto e o contexto em que os discursos circulam. Assim, a partir de um percurso interdisciplinar entre a comunicação e a história, busca-se identificar a produção de discursos de resistência, reunindo elementos para perceber a história das relações de gênero através das lutas feministas travadas nos jornais.

<sup>9</sup> Para fins de delimitação temática, entende-se por mídia alternativa a produção de veículos voltados a demandas e interesses sociais, que não atuam nos limites do mercado tradicional (de produção, circulação e consumo) da informação. Neste sentido, embora a denominação não seja consensual – uma vez que algumas expressões, como mídia radical e mídia independente, apresentam abordagens semelhantes –, optou-se por adotar a ideia de mídia alternativa para valorizar os seus modos diferenciados de produção, uma vez que a participação efetiva dos indivíduos, a explicitação das ideologias e o caráter de mobilização inerente à sua prática figuram como algumas características desta forma de comunicação. A mídia alternativa não se



castração de direitos e controle à liberdade de expressão surgem centenas de publicações, conhecidas como imprensa alternativa, que ousavam denunciar situações de opressão.<sup>10</sup> Defendendo interesses de diversos movimentos sociais, a imprensa alternativa irá proporcionar o debate de idéias, fazendo circular informações que, de outro modo, seriam silenciadas, criando espaços de disputa de hegemonia.<sup>11</sup>

É neste cenário que o movimento feminista, na medida em que se constitui como um espaço de resistência e luta em defesa da mulher, incorpora em suas ações diversas práticas relacionadas aos processos midiáticos, com o objetivo de dar visibilidade a certas reivindicações. A imprensa feminista surge, então, a partir dos anos 1970, quando o movimento de mulheres se organiza de forma mais sistemática, levantando bandeiras específicas e se somando à resistência à ditadura militar. É na luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres que o movimento feminista no Brasil, acompanhando o debate de idéias que marcaram o feminismo em outros países, buscava formas de garantir a sua legitimidade. De acordo com Teles, este é o momento em que as mulheres deixam de apenas marcar presença nos movimentos sociais ao lado dos homens (só para se ter uma idéia, o Comitê Brasileiro de Anistia calcula que cerca de 12% dos integrantes de movimentos sociais eram mulheres), e começam a surgir lutas mais dirigidas.

Só mais recentemente, a partir de 1975, com a instauração do Ano Internacional da Mulher, as brasileiras retomaram o movimento feminista, atuando em grupos de estudos e programando jornadas de luta e campanhas de mobilização. Integradas com os movimentos democráticos, as feministas brasileiras engrossaram fileiras nos movimentos pela anistia, por liberdades políticas e por uma constituinte livre e soberana. (1999, p.14)

Surgem vários clubes de mães, que começam a levantar discussões sobre custo de vida, baixos salários, creches para mães trabalhadoras, sexualidade, violência sexual e doméstica. São realizados congressos de mulheres, marchas, cartas às autoridades exigindo mudanças, etc. Outro fator importante situa-se no ano de 1975, quando a ONU institui o

---

apresenta, necessariamente, como oposição política, mas como oposição ao sistema hegemônico de comunicação, servindo como porta-voz de grupos sociais.

<sup>10</sup> Segundo Rivaldo Chinem, entre 1964 e 1980 nasceram e morreram cerca de 300 periódicos.

<sup>11</sup> A perspectiva de disputa de hegemonia é aqui mencionada a partir da abordagem de Antonio Gramsci, que compreende os campos da cultura, da sociedade e da política como terrenos de disputa entre vários grupos e classes sociais, na busca pela expressão de outras ideologias como parte do processo de disputa de hegemonia.

Ano Internacional da Mulher, e o dia 8 de março (embora já fosse habitualmente comemorado há décadas) passa a simbolizar as lutas das mulheres. É elaborado, também nesta data, o “Manifesto da Mulher Brasileira”, em favor da Anistia. Dez anos depois, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Segundo Paola Giuliani,

Muitas queixas e relatos sobre a discriminação e a segregação sexual conseguem sair das paredes domésticas em que até então estavam enclausuradas e tornam-se fontes de denúncias e de demandas de novos direitos. Tais atitudes conseguem atingir os alicerces das relações sociais questionando os principais espaços coletivos: o local de trabalho, a prática sindical e a própria família. (2004, p.645)

No contexto dos anos 1970, surgem publicações do movimento feminista com o objetivo de discutir os rumos do movimento e levantar as principais bandeiras das mulheres. Entre elas, vale destacar os jornais *Brasil Mulher*<sup>12</sup> (1975-1979), *Nós Mulheres*<sup>13</sup> (1976-1978) e *Mulherio*<sup>14</sup> (1981-1987), que tiveram uma inegável contribuição para o debate em torno da necessidade de enfrentar novos desafios em uma sociedade marcada pela diferença entre os sexos, fortalecendo assim diversas reivindicações baseadas no ‘novo feminismo’.

É a partir desta necessidade de instaurar o diálogo e provocar mudanças que o movimento feminista vai buscar seu fortalecimento e representatividade, na tentativa de aprofundar as relações democráticas. Neste espaço, a imprensa alternativa atua como uma

---

<sup>12</sup> O editorial do *Brasil Mulher* esclarece o comprometimento do jornal com as lutas feministas e as causas democráticas: “Não é o jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres. Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação do débil mental. Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes: no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana.

(...) Finalmente, *Brasil Mulher* deseja incorporar-se à imprensa democrática que, em meio à batalhas, o Brasil vê surgir. Teremos um número mensal e a sustentação desta proposta de comunicação depende unicamente da participação daqueles que com ela se identificarem.” (*Brasil Mulher*, ano 1, n. 0, 9 de outubro de 1975, p. 2)

<sup>13</sup> A proposta do jornal é apresentada no editorial da primeira edição: “Desde que nascemos, NÓS MULHERES ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que NÓS MULHERES não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa pra homem. (...) NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções.” (*Nós Mulheres*, ano 1, n. 1, junho de 1976, p. 2)

<sup>14</sup> Em um texto assinado por Adélia Borges, o jornal anuncia diversas apoiadoras em todo país: “Era apenas um folheto, desprezioso, anunciando o lançamento de um jornal. Mas a repercussão que o número zero de *Mulherio* alcançou surpreendeu-nos, como a demonstrar que a mulher brasileira precisa realmente de um



importante aliada para a conscientização de diferentes setores da sociedade, em torno de temáticas como trabalho feminino, participação política, liberdade sexual, igualdade de direitos, aborto, políticas públicas para as mulheres, condições de trabalho, violência, entre outras.

Em meio a estas demandas e lutas, a questão da violência contra as mulheres figura como uma importante bandeira do movimento feminista, que passa a ser debatida nas páginas dos jornais<sup>15</sup>. Diante deste tema, que se revelava como um tabu<sup>16</sup>, são amplamente divulgadas as manifestações contra o direito dos homens de matar em defesa da honra – uma das primeiras grandes campanhas públicas das feministas no Brasil, que irá cobrar outro tratamento em relação aos crimes contra a mulher. É o caso dos textos “Quando a vítima passa a ser culpada” e “Por que morrem as mulheres brasileiras?”, publicados nos jornais *Brasil Mulher* e *Brasília Mulher*:

Se a gente for ver os últimos casos que ocuparam lugar nas manchetes dos jornais como o assassinato de Ângela Diniz, o da menina Araceli e, o mais recente, de Cláudia Lessing Rodrigues, vê-se que as vítimas estão sendo culpadas de sua própria morte. Como? Ora, as vítimas, quando são mulheres, acabam sendo acusadas de sua própria morte. Por que isso? Nesses casos, começa-se por discutir o comportamento da vítima para “justificar” e desculpar suas mortes violentas. (...) O que acontece é que mesmo sendo a lei igual para todos, no crime em sociedade a lei e a prática ficam diferentes se o acusado é homem ou pessoa importante. (*Brasil Mulher*, n. 9, outubro de 1977)

---

veículo de comunicação que divulgue suas coisas de uma forma nova, nossa.” (*Mulherio*, ano 1, n. 1, maio/junho de 1981)

<sup>15</sup> É importante considerar que acaba por se criar uma verdadeira rede de contra-informação através da imprensa alternativa. São comuns as reproduções de textos de um ou outro jornal, assim como campanhas coletivas de assinantes, envolvendo os jornais *Movimento*, *Pasquim*, *Bagaço*, *Versus*, *Beijo*, *Coojornal*, *Repórter*, *Em Tempo*, entre outros. Assim, o tema da violência também é abordado em outros tipos de veículos alternativos, que abrem espaço para a discussão das causas das feministas. O jornal *Movimento* (n. 228, 12 a 18 nov. 1979) publica o texto “Estupro – tolerância a impunidade”, sobre o pretenso ‘consentimento’ da vítima e a impunidade aos criminosos, e traz uma série de reportagens sobre o assassinato de Ângela Diniz, que acabou se tornando um marco para as lutas contra a violência. Sob o título “Em defesa do homem e dos mais fortes”, o texto de Raimundo Pereira critica a sentença de Doca Street, marido e assassino de Diniz: “O assassinato de Ângela Diniz – um crime brutal e estúpido – foi perdoado pelas leis da moral e dos interesses dominantes da sociedade. (...) Foi uma sentença de homens que, inegavelmente, acobertou o preconceito arraigado que trata de forma desigual homens e mulheres que têm relações amorosas fora de seus parceiros constantes. (...) Mas quem seria Doca, o santo, cuja honra merecia ser resgatada de uma mulher indefesa através de quatro tiros na cara?”

<sup>16</sup> Em uma reportagem do jornal *Nós Mulheres*, constam vários elementos que conferem o caráter violento aos homens, através de canções populares: “A superioridade do homem, exaltada por surras e tijoladas, está presente nas canções dos maiores músicos da década de 30, onde encontramos os exemplos mais clássicos de exaltação do machismo e da violência.” (n. 2, setembro/outubro de 1976, p.13)



Por que os homens brasileiros continuam matando suas companheiras? Essa é uma pergunta que dificilmente poderá obter uma resposta pronta e acabada pois, apesar das denúncias feitas por grupos feministas e das inúmeras campanhas realizadas contra a violência que, quotidianamente, é perpetrada sobre as mulheres, poucos são os assassinatos de mulheres, por maridos ou companheiros, devidamente punidos pela justiça brasileira.

(...) Não pretendemos aqui abordar outras tantas formas de violência contra mulheres – estupros e espancamentos – que, como os assassinatos, abarrotam as prateleiras de arquivos mortos dos tribunais. O que pretendemos é que essa violência não continue sendo vista apenas como mais um problema de classe como habitualmente o julga nossa parcial justiça. Pretendemos que esses homicídios não sejam transformados em sensacionais manchetes policiais e até em temas de novelas de televisão onde, incrivelmente, o assassinato da esposa é justificado como forma de salvar a honra do marido, incentivando, sem sombra de dúvida, a prática de tais crimes. (*Brasília Mulher*, ano 1, n. 4, setembro de 1982)

Os jornais feministas, além de ampliarem o debate sobre a violência, assumem também um importante papel ao denunciarem o silenciamento da sociedade sobre casos de violência e a impunidade dos criminosos<sup>17</sup>, trazendo relatos e depoimentos de mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. O jornal *Brasília Mulher* denuncia em suas páginas o assassinato de Maria José, jornalista do *Correio Braziliense*, morta pelo marido, e Edite, arrumadeira que foi atacada na rua, após ser expulsa do seu estabelecimento de trabalho de madrugada. Já o jornal da União das Mulheres de Maceió relata as manifestações contra a violência sexual.

O *Brasília Mulher* vem a público para denunciar mais dois atos de violência praticados contra a mulher por sua condição de sexo: o assassinato de Maria José de Oliveira e o estupro sofrido por Edite Corte da Silva.

(...) Nós do *Brasília Mulher* e demais integrantes do Movimento Feminista Nacional evidenciamos a necessidade de denúncia da violência sofrida pela mulher por sua condição de sexo, solidarizamos-nos com Edite e exigimos que casos como o dela e o de Maria José não fiquem impunes. (*Brasília Mulher*, ano 1, n. 4, setembro de 1982)

Toda a população acompanhou e parcela significativa da sociedade e participou ativamente das manifestações contra a onda de violência sexual que se abateu sobre Maceió.

---

<sup>17</sup> O *Brasil Mulher* é um dos veículos que mais incorpora a luta pelas liberdades democráticas, pelos direitos humanos e pela Anistia, valorizando as questões políticas do período. Na edição do ano 4, n. 16, setembro de 1979, o jornal traz a matéria “Agarra, agarra ela, Capitão Ubirajara”, com o seguinte conteúdo: “Essas mulheres foram presas e torturadas por lutarem pelos interesses do povo brasileiro. E elas continuam...”. São apresentados depoimentos de diversas mulheres (Elza Lobo, Diva Maria de Fátima Burnier, Maria Nilde Macelani, Maria da Conceição Coelho da Paz, Rosalina Santa Cruz e Nair Benedito), que contam as torturas sofridas enquanto presas políticas e dizem que ser mulher foi um agravante para a sua situação na prisão.





(...) o crime de violência sexual já não pode ser visto como mero atentado ao pudor ou à moral pública, mas por se constituir num atentado à integridade física, é crime que merece punição.

(...) A vigilância e a luta continuam. Porque na defesa e pelo respeito à mulher, a União das Mulheres de Maceió entrará em combate sempre que necessário, com a certeza de contar com mesmo e importante apoio que recebeu de toda população nessa investida contra a violência sexual. (*União Mulheres Maceió*, ano 2, n. 1, agosto de 1983, p. 3)

O jornal *Mulherio* também oferece amplo espaço para discutir a questão, abordando a atuação do SOS Mulher, um trabalho voluntário de mulheres que se mobilizam no combate à violência, fundado em outubro de 1980 por integrantes de grupos feministas de São Paulo.

Desde que o SOS começou a funcionar, o telefone 813-9520 não parou de tocar e de trazer para dentro da modesta sala alugada em Pinheiros, zona oeste de São Paulo, as várias formas de violência contra as mulheres. Violências que acabam dando tons dramáticos aos plantões noturnos (de segunda a sexta, entre 19 e 22 horas) e diurnos (às terças e quintas à tarde) muito procurados pelas mulheres que vão até lá enquanto seus maridos espancadores estão no trabalho.

A ampla divulgação dos trabalhos da entidade pelos jornais, rádios e tevê tem levado grande número de mulheres a procurar o SOS. Mas é claro que ele não tem um esquadrão de “mulheres-maravilha” para ir correndo atender uma mulher que está sendo surrada. O que se pode fazer, sem cair numa atitude assistencialista, é convidar as mulheres a debater e discutir seus problemas, fazendo-as ver que podem sair da situação de dominação em que se encontram.

(...) Mas a tarefa mais abrangente do SOS consiste em denunciar sistematicamente, incansavelmente, a violência também sistemática e incansável que se abate sobre as mulheres. E buscar caminhos que reduzam essa violência, seja conscientizando mulheres e homens da gravidade da questão, seja lutando para que cesse a impunidade que premia assassinos, estupradores e espancadores de mulheres. (*Mulherio*, ano 1, n. 1, maio/junho de 1981)

A importância do SOS Mulher é destacada no movimento feminista como um importante marco no reconhecimento de mulheres vítimas e na mudança no tratamento de crimes “em defesa da honra”. Em sua abordagem histórica sobre o feminismo brasileiro, Célia Regina Pinto destaca:

O objetivo do SOS Mulher era constituir um espaço de atendimento de mulheres vítimas de violência e também um espaço de reflexão e de mudanças das condições de vida dessas mulheres. No entanto, logo nos primeiros anos, as feministas entraram em crise, pois seus esforços não resultavam em mudança de atitude das mulheres atendidas, que, passado o primeiro momento de acolhimento, voltavam a viver com seus maridos e companheiros violentos, não retornando aos grupos de reflexão promovidos pelo SOS Mulher. (...) O SOS Mulher protegia a mulher do

agressor e ao mesmo tempo o assustava. Essa mulher mudava sua posição na relação com o agressor, pois tinha uma nova arma de negociação com o parceiro. Não estava mais sozinha. As mulheres das camadas populares eram, na maioria das vezes, mães de muitos filhos, trabalhavam em casa ou ganhavam salários irrisórios, viviam em regiões distantes e perigosas onde a ausência de um homem em casa muitas vezes representava não só a fome, mas constituía realmente um risco para a sobrevivência física das mulheres e dos filhos. (2003, p. 80-81)

Outras matérias também evidenciam o comprometimento do *Mulherio* com a luta contra a violência e a opressão<sup>18</sup>. Por este caráter combativo das feministas, o próprio jornal conta que recebeu ameaças durante a marcha da campanha “Quem ama não mata”. Através da imprensa, é possível perceber alguns indícios da mobilização das mulheres em defesa de seus direitos.

Quem ama não mata! Esse foi o grito das mulheres mineiras que explodiu pelos muros de Belo Horizonte em 1980, depois do assassinato de duas mulheres por seus maridos, inconformados com a idéia da separação. Em março deste ano, dois bárbaros assassinatos mobilizaram as mulheres do Rio e de São Paulo para uma ampla denúncia pública da violência cotidianamente dirigida contra as mulheres. (*Mulherio*, ano 1, n. 1, maio/junho de 1981)

A partir da constatação de que não há justiça para as vítimas fatais, fica ainda mais evidente o tratamento de tolerância dispensado aos outros tipos de violência contra a mulher, como o estupro. Apesar de as estatísticas comprovarem que, na maioria dos casos, os estupradores são reincidentes, eles continuam a ser detidos apenas quando presos em flagrante. Tanto que na 1ª Delegacia da Defesa da Mulher de São Paulo, a maior do gênero no País, que indiciou em quase dois anos de existência trezentos homens por estupro, possui apenas três detidos. (*Mulherio*, ano 7, n. 28, março/abril de 1987)

Neste percurso de batalhas e discriminações, é importante destacar que, embora a violência contra as mulheres permaneça como uma grave questão que envolve as desigualdades de gênero, algumas conquistas anunciadas pelas feministas representaram contribuições fundamentais para o debate em torno da violência contra as mulheres. Segundo Célia Pinto,

---

<sup>18</sup> A edição do ano 1, n. 2, julho/agosto de 1981 do *Mulherio* traz na capa a manchete “A violência contra a mulher, que começa na infância e permeia o cotidiano”, assunto que é discutido nas matérias “A estuproada, de vítima a ré” (p. 15), sobre as incoerências e abusos da lei em relação aos casos de estupro, e “Marli, um símbolo da resistência” (p. 16), sobre uma empregada doméstica ameaçada de morte por aqueles que mataram seu irmão (no caso, as polícias civil e militar) que denunciou o assassinato e passou a ser reconhecida internacionalmente por suas lutas.



A partir de 1985, a questão da violência contra a mulher toma outros rumos com a criação da primeira delegacia especializada. Essas delegacias se popularizaram por todo o país e, em 1992, já somavam 141, nas mais diversas regiões. Essa foi uma política pública bem sucedida que, em primeiro lugar, atendia a uma demanda das feministas, ou seja, a criação de um espaço na polícia no qual o ambiente não fosse hostil à mulher agredida. (2003, p. 82)

Através destes recortes da imprensa feminista, é possível perceber um embate ideológico que se dá, ao mesmo tempo, nas ações do movimento de mulheres e nas páginas dos jornais, que passam a canalizar as reivindicações das feministas. Ao assumirem um viés ideológico que evidencia o envolvimento com as lutas das mulheres, tomarem como características os textos de denúncia e a explicitação de opiniões, por meio de uma abordagem crítica, os jornais analisados passam a ‘escrever’ a história do feminismo e das lutas políticas travadas cotidianamente em defesa dos direitos das mulheres.

### **Considerações Finais: Mulheres vítimas da violência, uma luta ainda atual**

Folhear um jornal, assim como acompanhar notícias de rádio, TV e internet, são oportunidades para constatar a presença da violência no cotidiano das mulheres. Na grande maioria das matérias, a mulher aparece como vítima da violência, em suas mais diversas expressões, o que remete a antigas lutas feministas. Segundo Saffioti,

A violência contra mulheres sempre existiu no Brasil. Aliás, é um fenômeno mundial, que independe da riqueza e do grau de desenvolvimento da nação, do nível de escolaridade dos envolvidos, do tipo de cultura – ocidental ou oriental -, da religião dominante, etc. Até 1995, todos os crimes, mesmo os apenados com até um ano de detenção, eram julgados, no Brasil, segundo os dispositivos do Código Penal. A Lei 9.099/95 trouxe alterações do rito de julgamento, passando o réu a ser chamado de acusado, sendo as penas de privação de liberdade substituídas por penas alternativas etc para os crimes considerados “de menor potencial ofensivo” e cuja pena não ultrapassasse um ano. (2004, p. 54)<sup>19</sup>

Dados recentes sobre a violência contra a mulher, obtidos através da pesquisa de opinião pública sobre a mulher brasileira nos espaços público e privado, realizada pela

---

<sup>19</sup> Sobre as punições legais para a violência contra a mulher, vigentes no período de publicação do seu texto, Saffioti critica: “Anteriormente à Lei 9.099/95, as condenações eram poucas e menor ainda o cumprimento da pena. Em nome do congestionamento da justiça com milhares de processos, da celeridade do processo, do espírito de conciliação, foi promulgada a Lei 9.099/95. Em si mesma, já não apresenta boas qualidades para lidar com a violência doméstica, sendo sua implementação ainda pior. Muitas audiências são feitas no corredor, por mesárias que, além de não deter os conhecimentos jurídicos necessários, são tão ou mais machistas que juízes e promotores. As penas praticamente não variam: pagamento de uma pequena multa,



Fundação Perseu Abramo em 2001<sup>20</sup>, oferecem importantes elementos para contextualizar este problema e entender em que universo os discursos da mídia se inserem.

Segundo a pesquisa, “a maioria das mulheres brasileiras convive bem com sua condição feminina, tem consciência das conquistas obtidas (direito ao trabalho e à autonomia social), mas reclama do peso da dupla jornada e reivindica o fim das discriminações, seja no mercado de trabalho, seja sob a forma da violência”.

Outro dado importante observado pela pesquisa é que em quase todos os casos de violência, mais da metade das mulheres não pede ajuda. Os casos de denúncia pública são bem mais raros, ocorrendo principalmente diante da ameaça à integridade física por arma de fogo (31%), espancamento com marcas, fraturas ou cortes (21%) e ameaças de espancamento à própria mulher ou aos filhos (19%). O órgão público mais utilizado para denúncias é a delegacia de polícia. A Delegacia da Mulher é a mais utilizada nos casos de espancamento com marcas, fraturas ou cortes, mas ainda assim por um pequeno índice de mulheres (apenas 5%).

Também alarmante é a projeção realizada para a população, que indica que...

6,8 milhões de mulheres (11%), dentre as brasileiras vivas, já sofreram, no mínimo, um espancamento. Destas, 31% mencionaram que a última vez que um espancamento havia ocorrido tinha sido no período dos 12 meses anteriores à coleta de dados. Se o ano de 2001 for semelhante aos demais, anteriores ou posteriores, têm-se 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano no Brasil. Isso significa 175 mil por mês; 5,8 mil por dia; 240 por hora ou 4 por minuto. Disto resulta uma mulher espancada a cada 15 segundos. (2004, p. 55-56)

Neste contexto, as ocorrências de violência contra a mulher não desmentem esta realidade opressora. Assuntos como assassinatos de mulheres, abuso sexual, estupro e outros crimes aparecem nas páginas dos jornais, algumas vezes sob um tratamento emotivo, oscilando entre o sensacionalismo e a banalização da violência de gênero. Ao revelarem algumas faces destas expressões da violência, os discursos da mídia demonstram a pertinência do tema para o debate público, ao mesmo tempo em que apresentam traços de

---

entrega de uma cesta básica uma instituição de caridade e, raramente, a prestação de serviços à comunidade.” (2002, p. 54)

<sup>20</sup> Para a pesquisa, foram realizadas 2.502 entrevistas, distribuídas geograficamente nas 5 macrorregiões do País em 2001. Os dados foram divulgados no livro “A mulher brasileira nos espaços público e privado” (2004).



um discurso essencialmente masculinizado, em que os sujeitos da opressão são principalmente os homens.

E é com o objetivo de transformar esta realidade que o movimento de mulheres, ao agregar diversos grupos, organizações e entidades, se organiza em torno de lutas como a violência contra as mulheres. Em pesquisa realizada em 1995, Miriam Grossi e Sônia Malheiros Miguel constataam a existência de 162 entidades feministas, de mulheres e de gênero, que se organizam a partir de lutas específicas. Destas, parte representativa é formada por entidades que tematizam a violência:

74 grupos dizem trabalhar no campo da violência, uma das lutas mais visíveis do movimento feminista dos anos 70/80 que culminou com a criação de delegacias da mulher em várias cidades do Brasil a partir de 1985. (1995, p. 23)

Atualmente, não existe um registro preciso sobre o número de grupos e entidades que compõem o Movimento de Mulheres no Brasil. Segundo levantamento realizado pela Sempre Viva Organização Feminista, existem 304 grupos feministas no País. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal, por sua vez, registra até o momento a existência de 536 organizações, que envolvem órgãos governamentais e não governamentais, instituições e conselhos diversos. Em uma consulta dirigida à base de dados da Secretaria<sup>21</sup>, foram encontradas 91 referências de organizações não-governamentais, instituições para mulheres e de atendimento à mulher e 299 órgãos governamentais de políticas para as mulheres e conselhos dos direitos da mulher. Este número evidencia a representatividade das ações das mulheres, que se organizam através de diversas formas na reivindicação por seus direitos.

Neste processo de lutas que demarca a atuação do movimento feminista brasileiro, um recente marco sobre a violência contra as mulheres foi registrado: a implementação da Lei Maria da Penha (n. 11.340), sancionada pelo presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto de 2006. Fruto de um longo processo de elaboração iniciado pela ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire, a Lei Maria da Penha leva este nome em homenagem a uma vítima da violência doméstica e da impunidade do seu agressor, que é hoje líder do movimento em defesa dos direitos da mulher: Maria da Penha Maia.



Carolina Toneloto<sup>22</sup> apresenta os seguintes avanços que esta lei representa:

Além de endurecer o tratamento e a pena imposta aos agressores, a lei reconhece, de forma inédita, que a violência contra a mulher pode ocorrer entre pessoas do mesmo sexo, em relacionamentos homossexuais, e em quaisquer casos onde haja vínculos afetivos entre a vítima e o agressor, não importado se moram juntos.

Os agressores deixarão de receber penas consideradas brandas em relação aos danos causados, como o pagamento de multas e cestas básicas. Agora o processo, o julgamento e a execução das causas criminais e cíveis, decorrentes da violência contra a mulher, seguirão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil, e também do Estatuto da Criança e do Adolescente, e do Estatuto do Idoso, quando convier. É a primeira vez que o país conta com uma Lei específica sobre a violência contra a mulher que estabelece quais são estas formas de violência (físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais).

Sabe-se que as lutas das mulheres em torno desta e de outras bandeiras mantêm sua atualidade e pertinência em uma sociedade fortemente marcada pela desigualdade de gênero. Embora muitas conquistas figurem na história do feminismo brasileiro, há um processo constante de atualização de demandas das mulheres, que passam a ser discutidas nos grupos que defendem os direitos das mulheres e também através da produção de uma mídia alternativa que, à semelhança dos jornais feministas que marcaram o movimento a partir dos anos 1970/80, revela que as disputas sociais em torno das questões de gênero permanecem absolutamente atuais.

### Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

BONACCHI, Gabriela e GROPPI, Ângela (org.) **O dilema da cidadania – Direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Unesp, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa alternativa – Jornalismo de oposição e inovação**. São Paulo: Princípios, 1994.

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://sistema.planalto.gov.br/spmulheres/organizacoes.cfm>

<sup>22</sup> TONELOTO, Carolina. “A lei Maria da Penha, finalmente”. 04/09/2006. Disponível em: <http://www.ciranda.net/spip/article460.html>



DOWNING, John. **Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

FUNK, Susana Bornéo e WIDHOLZER, Nara. **Gênero em discursos da mídia**. Florianópolis: Ed. Mulheres, Edunisc, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1 – A vontade de saber**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

GIULANI, Paola Cappellin. “Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira”. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GROSSI, Miriam Pillar. “Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal”. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar (org.). **Masculino, feminino, plural: o gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza e RIAL, Carmen. “Entrevista com Joan Wallach Scott”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 6, n. 1/1998.

GROSSI, Miriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. **Mapeamento dos grupos e organizações de mulheres/gênero/feministas dos anos 90 no Brasil**. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis: UFSC, 1995.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. “Mulheres : igualdade e especificidade”. In : PINSKY, Jaime e. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. “Gênero e patriarcado: violência contra mulheres”. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely (org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

#### Sites:

<http://www.ciranda.net> - **Ciranda Internacional de Informação Independente**. Acesso em 22/10/2006.





[http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sepm](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm) - **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Governo Federal**. Acesso em 12/06/2006.

<http://www.sof.org.br> – **Sempreviva Organização Feminista**. Acesso em 20/07/2006.

**Arquivo de Jornais:**

Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina.